

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006097-91.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO CIVIL**  
 Requerente: **Madeira Tietê Ltda.**  
 Requerido: **Prime & Flash Industria e Comercio de Resinas Tintas e Vernizes Ltda**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**VISTOS**

**MADEREIRA TIETÊ LTDA.** ajuizou **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c.c. TUTELA PERVOISÓRIA DE URGÊNCIA c.c PAGAMENTO EM DOBRO e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **PRIME E PLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINA**, todos devidamente qualificadas.

A empresa requerente informa na sua exordial que no mês de março de 2016 adquiriu produtos da empresa requerida totalizando R\$ 9.900,00 reais. Alega que há anos negocia com a mesma e como de costume para pagamento emitiu três cheques que entregou ao Sr. Wagner, funcionário da ré, dentro de um envelope e aos cuidados da Sra. Márcia, secretária da empresa, ora requerida. Na ocasião não recebeu a nota fiscal devido à relação de confiança que havia entre ambas as partes. Porém passados alguns dias, em 24/03 recebeu um telegrama da requerida informando que a entrega dos cheques foi realizada à pessoa não autorizada, portanto, não reconhecia o pagamento. Requereu o deferimento da liminar para sustar o protesto e a procedência da demanda declarando inexigíveis as duplicatas, à restituição em dobro e ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 13/22.

Deferida liminar conforme decisão de fls. 37/38.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Devidamente citada a empresa requerida apresentou contestação alegando preliminarmente inépcia da petição inicial, ilegitimidade passiva; formulou chamamento ao processo da Sra. Luiza Paulozzi Fregolente e seu então procurador José Roberto Fregolente. No mérito impugnou todas as alegações da requerente já que a mesma não carrearou documentos que comprovem a quitação dos débitos. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 103/109.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 124. À fls. 127 a autora requereu oitiva de testemunhas.

A fls. 129 o chamamento ao processo foi indeferido.

**É o relatório.**

**DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.**

A prova amealhada não permite o acolhimento do reclamo inaugural.

A autora confessa ter comprado e recebido da ré R\$ 9.900,00 em mercadorias variadas melhor identificadas a fls. 21.

O pagamento acabou parcelado (três vezes)

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

dando origem a três duplicatas.

Apenas um delas consta dos autos.

A autora pretende provar o pagamento com a entrega do cheque de fls. 20 que teria sido remetido à ré com outros dois, figurando como portador o Sr. Wagner, na ocasião motorista da vendedora.

Ocorre que o título exibido foi emitido por terceiros, a senhora Zenilda da Silva e acabou depositado na conta de pessoa jurídica que nenhum relacionamento tem com a ré (pelo menos a autora não nos provou nada nesse sentido).

Dos outros dois cheques não temos notícias.

Cabe, ainda, ressaltar que a sobredita cambial (v. fls. 20) foi emitida em 11/03/2010, ou seja, um mês antes da negociação entre as partes.

Tais circunstâncias, somadas, permitem concluir que o pagamento de fato não ocorreu e mesmo que a autora tenha entregue as cambiais a Wagner o fez a pessoa que não tinha poderes para agir de tal forma em nome da vendedora, ou seja, pagou mal e quem paga mal paga duas vezes.

\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial, condenando a requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 15% do valor dado à causa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Transitada em julgado esta decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos do artigo 523 e ss do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**